

Vozes femininas da exclusão educacional em Roraima

Resumo

O presente trabalho apresenta as narrativas de três jovens mulheres sobre seus desafios educacionais no estado de Roraima. Todas foram (e ainda são) vítimas de preconceito e exclusão por sua condição social: uma maranhense, uma filha de imigrantes guianenses e uma venezuelana. Trata-se de uma pesquisa de base qualitativa. As narrativas foram construídas a partir da metodologia narrativa, com a realização de entrevistas gravadas em áudio, tendo a devida autorização por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Além disso, foram realizadas revisão bibliográfica e anotações em diário de campo. As mulheres apresentam o ponto comum do fluxo migratório e a busca por melhores condições de vida. Os resultados apontam situações de “bullying” ocorridas desde a Educação Básica com o uso de insultos, piadas e xenofobia. Os resultados revelam que, apesar dos desafios e das limitações, essas mulheres usam sua voz para expressar as fronteiras que atravessaram e ainda necessitam atravessar para garantir o direito à inclusão educacional no estado de Roraima.

Palavras-chave: Mulheres migrantes. Exclusão educacional. Roraima.

1 INTRODUÇÃO

O “estrangeiro”, que foi o “inimigo” nas sociedades primitivas, pode desaparecer nas sociedades modernas? (KRISTEVA, 1994, p. 09).

Em Roraima há muitas vozes. O estado, no extremo norte do Brasil, é repleto de vozes migrantes, oriundas dos mais diversos lugares do Brasil e do exterior. Fato que não é exclusivo de Roraima. Entretanto, para além da migração urbana, presenciada em praticamente todos os estados, Roraima apresenta duas peculiaridades que ajudam no fluxo migratório: (1) as fronteiras com Venezuela e Guiana e (2) as diversas comunidades indígenas, com predominância para as etnias Macuxi e Wapixana.

Nesse sentido, considerando o contexto apresentado, as vozes trazidas para este trabalho revelam, em um primeiro momento, a essência migratória de Roraima. Nas três narrativas percebemos que estas se enquadram no que Bauman (2017, p.12) chama de “migrantes econômicos”, pois a razão para terem saído de suas terras foi pela busca de um lugar de oportunidades.

Das oportunidades encontradas pelas migrantes, destacamos a educação. A chance de poder estudar no novo lugar, no novo país ou cidade. E justamente no lugar das possibilidades, a escola, é que as mulheres aqui retratadas vivenciaram situações de insultos e xenofobia e tiveram, por muitas vezes, suas vozes silenciadas. Sendo, assim, esse artigo busca apresentar os desafios educacionais de três jovens migrantes para Roraima que foram vítimas de exclusão, principalmente durante a Educação Básica. Para tanto,

esta é uma pesquisa qualitativa que utiliza a metodologia narrativa para a geração de registros, através da entrevista narrativa.

A entrevista narrativa é a técnica para gerar histórias. O primeiro passo consiste na conversão dos dados através da transcrição das entrevistas gravadas. Usamos as gravações e as anotações de Diário de Campo. As entrevistas foram transcritas, inserindo-se os detalhes contidos no Diário de Campo. Trata-se da incorporação de elementos não-verbais ao texto. Foi necessário o uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de forma que, a fim de preservar a identificação, cada entrevistada recebeu um nome fictício.

2 AS NARRATIVAS

2.1 A narrativa de Marilene

O meu nome é Marilene. Sou filha de maranhenses, mas eu e meus irmãos nascemos em Roraima. Meus pais se conheceram em Boa Vista. Meu pai trabalha como motorista e minha mãe é costureira. Meu pai era garimpeiro e foi assim, migrando por vários estados que chegou a Roraima no ano de 1984. Com o fim do garimpo, conseguiu emprego de motorista no governo.

Minha mãe veio para Roraima a convite de uma irmã que, na verdade, precisava de ajuda com os filhos. Depois de um tempo, minha mãe foi trabalhar como cozinheira em restaurantes, mas sempre teve o sonho de ser costureira e trabalhar por conta própria. Deste modo, conseguiu realizar um curso de corte e costura em um Centro Profissional Comunitário (CPC) que hoje não existe mais. Depois conseguiu comprar a primeira máquina e até fazer outro curso no SENAI. Assim, deixou de ser cozinheira para se dedicar às costuras.

Com muito sacrifício, meus pais criaram quatro filhos: duas mulheres e dois homens. Enfrentamos muitos preconceitos devido ao fato de sermos “maranhenses”.

Na escola, foi o tempo todo assim. Quase ninguém dizia Marilene, era sempre “ei, maranhense”. Era constrangedor e, ao mesmo tempo, esquisito porque muitos alunos também eram de origem maranhense. Se dizem que filho de peixe, peixinho é, comigo não foi diferente. Aprendi a falar do jeito que minha mãe (principalmente) e muitos maranhenses falam: fia no lugar de filha, arriba significando que algo estava acima.

Hoje, sei que o nome disto que faziam conosco é “bullying”, o que não era novidade porque maranhense para falar que alguém está perturbando diz está “bulinando”.

Esse tratamento mexia muito com minha autoestima. Por vezes, eu não queria ir à escola. E quantas vezes pedi a meus pais para conseguirem outra escola. No entanto, isso não era possível porque a escola era no bairro o que facilitava a vida e ajudava na economia em casa. Só

quando fui para o ensino médio é que mudei de escola. Pouco adiantou, muitos colegas foram para a mesma escola. Eu acabei silenciando cada vez mais em sala, mas por dentro ardia de raiva e pensava: “Por que discriminam assim, se aqui há muitos maranhenses?”.

Eram inúmeras piadas e anedotas. Por incrível que pareça até os professores faziam piada com maranhense. E no trânsito? As pessoas se agrediam por uma atitude imprudente, perguntando: “Tu é maranhense, é?”.

Bem, na escola fazíamos “simulado” e os colegas reclamavam porque nem todos iriam fazer vestibular. E, então, comecei a sonhar com o tal vestibular. Minha mãe não entendia o que era muito bem. Eu expliquei e ela disse: “Isso não é para pobre, negro e maranhense, fia!”. Sim, além de maranhense, eu sou negra e somos pobres. A ofensa mais cruel foi quando uma pessoa nos chamou de sanguessuga porque até a casa foi o governo que nos deu. Sim, recebemos a casa graças a um programa de governo, denominado “Bem Morar”. Ganhamos, mas não roubamos ou matamos.

Esqueci o que minha mãe me disse e consegui me inscrever, pedindo isenção de taxa. Ainda não havia o sistema de cotas, mesmo assim toda vez me perguntam se entrei por cotas. Até meus alunos perguntam. E qual é o problema de alguém entrar por cotas? Seria o curso diferente para cotistas e não-cotistas? O certificado apresenta alguma diferença? E a felicidade: passei para História. É eu decidi ser professora, mas uma professora diferente, ou pelo menos tentar fazer a diferença na vida de meus futuros alunos.

Sou a única da família com graduação e tentando uma vaga no mestrado, sempre fechando os ouvidos para as atitudes negativas e preconceituosas. Trabalho como professora temporária porque ainda não tive a oportunidade de participar de um concurso público para professora efetiva. A discriminação? Continua, porém mais disfarçada. Roraima vive uma situação de imigração Venezuelana e agora as piadas, o “bullying” e os desrespeitos estão voltados a este grupo. Fico pensando: será da natureza do ser humano ter um grupo para “bulinar”?

2.2 A narrativa de Melanie

Sou Melanie. Sou filha de guianenses, mas eu já nasci em Boa Vista. Meus pais vieram para o Brasil na década de 1990 a fim de fazer um tratamento médico em minha irmã mais velha. Eles acabaram fixando moradia. Com muita dificuldade foram aprendendo a Língua Portuguesa no dia a dia. Meu pai trabalhava na construção, começou como auxiliar de pedreiro e depois se tornou pedreiro. Minha mãe, inicialmente lavava roupas e depois passou a ser empregada doméstica, mas havia muitos desafios por não conseguir se comunicar bem. Depois, com as

chegada de mais filhos, ficava difícil trabalhar nas casas. Por não conseguir emprego, ficou um bom tempo em casa. Às vezes, fazia uma faxina. Foram tempos difíceis só com o que meu pai ganhava.

Com o tempo, ficou mais difícil porque meu pai resolveu ir embora e nos deixou. A solução foi os filhos mais velhos tomarem conta dos menores para que a mamãe pudesse trabalhar. Nossa sorte foi que a casa era já em nome de nossa mãe que havia tirado todos os documentos necessários e por conta de já estarmos estudando, ela teve direito a benefícios sociais tanto do governo federal quanto do governo estadual.

Para a rotina da casa funcionar com 7 filhos, alguns estudavam pela manhã e outros à tarde. Eu nasci em 1994. Estudei com muita dificuldade. Era muito tímida e ninguém queria fazer amizade comigo. Seria por causa de minha cor? Sou uma mulher negra como a minha mãe e tenho orgulho disso.

Sofri muito na escola. Eram sempre escolas do bairro, todos basicamente da mesma condição financeira, mas eu além de negra era “estrangeira”. Assim me identificavam por causa de minha mãe, melhor, pelo seu jeito de falar. E minha mãe nem frequentava a minha escola. Morria de vergonha de seu jeito de falar. No entanto, em outra escola era presença constante, porque meus irmãos “aprontavam” muito. Somos 5 mulheres e 2 homens.

Meu sofrimento na escola acontecia por diversas razões além da aparência. Até com o meu nome implicavam: professores e colegas diziam que o meu nome está errado. Deveria ter acento. Não sei por que ela tem esse nome estranho.

Quando, no ensino médio, eu disse que iria tentar uma vaga na universidade, todos riram. Até na minha casa. Fui logo declarada fracassada. Mas eu não desisti. Justamente pela questão de fronteiras, queria fazer geografia. Sempre me encantei com programas de TV que mostravam outros países, outras culturas. Na escola, sempre me destaquei em geografia e história. E eu consegui. Estou quase no fim do curso e sempre muito encantada. Mas não pense que na universidade foi diferente. Vivem me perguntando se entrei pelo sistema de cotas. Outras pessoas que me encontram pelo *campus* perguntam se sou africana devido aos vários programas de intercâmbio da universidade com países africanos e latino-americanos. Agora até me perguntam se sou venezuelana.

Sou a única filha que concluiu o médio e foi para a universidade. Minhas irmãs logo se deixaram levar pela ideia de fracasso e pararam de estudar. Foram trabalhar de doméstica e vendedoras. Meus irmãos também desistiram dos estudos no início do médio e seguiram a profissão de meu pai. Eu resisti. Lutei pelo sonho. Não

dei ouvidos ao mundo. E digo: quero mais porque sou capaz e tenho direito. Então, digo que a exclusão é clara, mas quem quer pode lutar e vencer.

2.3 A narrativa de Elena

Eu, Elena, venezuelana estou no Brasil, em Roraima, na Universidade Federal de Roraima para estudar. Faço Mestrado por meio de um programa internacional e aproveito ao máximo esta oportunidade.

Eu sou de Santa Elena de Uairén e há dez anos eu me casei com um brasileiro. Temos dois filhos. Meus filhos sempre estudaram do lado brasileiro na cidade de Pacaraima, onde o meu marido tinha um comércio. Eu era professora em Santa Elena de Uairén.

Assim que percebi a oportunidade do mestrado, procurei garantir a minha vaga. Desde 2017, minha família veio toda para Boa Vista. Meu marido vendeu a casa e o comércio para comprar em Boa Vista. Trouxemos as crianças com as transferências da escola. Meus filhos falam tanto português quanto espanhol e ninguém percebe sotaque. São brasileiros por conta do pai e do registro. Eles dizem que a vida na escola é tranquila. Quando há reuniões, é o meu marido quem vai.

Quanto a mim, não é nada tranquilo. Primeiro porque sou estrangeira, segundo por ser mulher e terceiro por ser negra. Quantas marcas! Quantos estigmas para uma pessoa só! Todos sabem que não sou brasileira devido ao meu sotaque. No entanto, todos me compreendem. Eu pensava que não existiam preconceitos tão fortes no Brasil. Sempre ouvia falar de um povo acolhedor.

Infelizmente, não fui bem acolhida. Primeiro na universidade, sempre escuto as piadas que “tirei a vaga de alguém”. Não consigo entender, uma vez que são vagas específicas de convênios. Seria diferente se fosse uma mulher branca e argentina? Devido ao grande número de venezuelanos que chegam a Boa Vista, buscando uma vida melhor com respeito e dignidade, algumas pessoas acreditam que também cheguei a Boa Vista por esta razão. Quando me veem na Universidade, perguntam se eu faço curso de português para estrangeiros para conseguir emprego. Outras pessoas perguntam quando eu voltarei para a Venezuela. Todavia, o pior foi o que disseram a meu marido: “Você é doido? Por que foi casar com uma venezuelana? Ela vai maltratar seus filhos”. Assustam-se quando descobrem que já somos casados há muito tempo e que são nossos filhos.

Eu não sei se voltarei para Venezuela ao fim do curso. Nossa vida está bem organizada por aqui. Todavia não sei se terei “direito” a trabalhar como professora devido à rejeição que venho

percebendo. Outro dia, ouvi uma música que me encantou, parte da letra dizia “para o amor, não existem fronteiras”. Pena que é só uma música...

3 QUE INCLUSÃO É ESSA?

Antunes (2016) afirma que exclusão e inclusão são os dois lados da mesma moeda, ou seja, é preciso refletir sobre os dois conceitos. Há várias pesquisas que revelam as muitas formas de preconceito e exclusão dos migrantes e imigrantes em Roraima, hoje o destaque é para os venezuelanos. As questões linguísticas são muitos fortes. Será que somos o que falamos? Ou é pela fala que somos identificados?

Os excluídos só querem lutar por seus direitos, ou seja, ter uma vida sem discriminação. Além da insegurança, passam por uma necessidade de pertencimento. O medo do *bullying* é constante, mesmo com a aprovação da Lei 13.185 (BRASIL, 2015). Estudos apontam que, muitas vezes há o silêncio devido à timidez ou vergonha, seja por vontade própria seja pela tendência das pessoas em não querer enxergar.

Ferrari e Marques (2011, p. 20) apontam que

Silêncios. Somos obrigados a escrever essa palavra e pronunciar-la no plural. São muitos os silêncios que dizem “presente” nas salas de aula, nas discussões teóricas, nas produções acadêmicas e nas nossas pesquisas. Silêncios que ainda não somos capazes de identificar e nomear, fazendo-os existirem. Silêncios que classificamos e construímos discursivamente. Silêncios como algo desejado, exigido, conquistado, imposto, mas que também é algo que incomoda, que serve à resistência, ao confronto. De qualquer forma, algo que só pode ser significado pelos sujeitos que estão no contexto, estabelecendo relações e subjetividades a partir dessas situações de silêncio. Ele não existe em si, mas é fruto dessas relações e fala delas.

Assim como Elena, muitas pessoas chegam a afirmar erroneamente que no Brasil não há preconceitos, e sim diversidade. No entanto, não podemos considerar “brincadeira” as agressões que as pessoas sofrem. Elena fala de estigma e Goffman (1988, p. 12) corrobora, expondo que

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real.

A relação de um indivíduo com o social pressupõe a alteridade e confrontar a alteridade não costuma ser um ato pacífico, uma vez que o outro é “estranho” e assim questionamos valores, crenças,

costumes, modos de ver, de viver e conviver, de modo que o pode parecer “brincadeira ou piada”, ofende, agride e exclui.

Para Kristeva (1994, p. 21) “viver com o outro, com o estrangeiro, confronta-nos com a possibilidade ou não de *ser um outro*. Não se trata simplesmente, no sentido humanista, da nossa aptidão em aceitar o outro, mas de *estar em seu lugar* – [...] a pensar sobre si e a se fazer outro para si mesmo”. Em outras palavras, a presença do outro em “nosso” lugar requer de nós um exercício de empatia e de, primeiramente, reconhecermos nossas limitações e nossos preconceitos.

O exercício é emergir “a possibilidade de se re-significarem construções solidamente arraigadas na socialização” (WILLMS, 2007, p. 112). Ouvir a voz de quem sofre preconceito é uma oportunidade de aprendizado e de reavaliação de nossas próprias percepções a respeito dos outros, que são diferentes de nós, mas são seres que lutam pelo direito à educação, mesmo sabendo que conflitos podem ocorrer. Há que se considerar que:

Na escola, no colégio, na universidade, em todas as instituições que têm por função ministrar o saber, a criança, o jovem passam por experiências que serão decisivas em suas vidas. Esses locais não são, para eles, simplesmente, o cenário de certos jogos de inteligência e da memória. É a personalidade inteira que aí faz seu aprendizado; sensibilidade, caráter, vontade aí estão postos à prova e a aquisição de conhecimentos surge agregada à tomada de consciência de valores (GUSDORF, 2003, p. 17).

Eis a razão de darmos voz a essas três mulheres que sofreram e ainda sofrem algum tipo de preconceito não só no processo educacional. Elas lutaram para vencer tanto o preconceito quanto a noção de que não seriam capazes. Todavia, vale ressaltar que, em muitos casos, tanto preconceito leva à reprovação e evasão escolar. Santiago, Akkari e Marques (2013, p. 126) apontam que o “espaço escolar tem sido ponto de partida para a compreensão das disparidades raciais à medida que alguns pesquisadores destacam seu papel na difusão do preconceito e da discriminação [...]”. Esta afirmativa é comprovada na narrativa de Melanie: todos os irmãos desistiram da escola.

É no ambiente escolar que muitas formas de exclusão são manifestadas: são as relações, normas de conduta, características físicas, cognitivas, sociais e, muitas vezes, a própria escola reafirma práticas excludentes ao manter a hegemonia da classe dominante em relação às diferenças culturais, à valorização do uso da norma culta da língua e desvalorizando as diferenças sociais. Exemplo claro é a famosa pergunta feita aos jovens: “O que você vai ser?”, referindo-se ao futuro seja para o curso superior ou para o mercado de trabalho. Não há como todos serem médicos, advogados ou empresários bem-sucedidos, mas a ênfase está nos cursos que levam a estas profissões.

Não são raras as vezes em que os próprios professores “profetizam” sobre o futuro dos filhos: “Deus me livre de meu filho ser professor!” ou ainda “determinam” o fracasso de seus alunos: “Eles não vão conseguir!”. Trazendo Sawaia (2002, p. 9) para a discussão, podemos dizer que “exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas”, o que nos faz responsáveis em garantir mudanças necessárias rumo a um processo de inclusão. Acreditamos que os educadores podem transformar a realidade de escolas que ainda apresentam situações injustas e negativas em relação a negros, pobres, deficientes, indígenas, repetentes, imigrantes e refugiados.

Fala-se tanto em inclusão e cidadania em nosso país. Muitos clamam por um Estado e por políticas públicas mais democráticas e igualitárias que têm levado a políticas de inclusão, buscando reduzir a marginalidade, a pobreza e as desigualdades sociais. Sim, muitas políticas públicas socioeducativas advogam o título de “inclusivas”, mas será que realmente são? Sendo o Estado a instância capaz de universalizar direitos, garantindo-os a todos (BRASIL, 1988), percebemos muitas ações de caráter paternalista/assistencialista em que os investimentos geram um retorno político à própria instituição.

Cidadania e inclusão são conceitos presentes e interligados à nossa vida e de difícil compreensão devido a sua complexidade. Para Oliveira, Fogli e Silva Filho (2008, p. 150)

[...] a cidadania pode estar ligada a uma condição. Por exemplo, estrangeiros não naturalizados podem participar dos mesmos direitos e deveres do povo, exceto votar, apesar de que os cidadãos que o podem, votam, mas não escolhem, não decidem. Entendendo a cidadania como a posse de direitos sem distinção de igualdades, a limitação a uma condição é de certa forma uma exclusão, o mesmo acontecendo com os direitos que estão legalizados, mas não acontecem.

Há que se considerar, também, que por anos, a escola esteve restrita às camadas privilegiadas da população. Nas últimas décadas, a realidade vem se transformando com a incorporação de pessoas antes excluídas. Assim os problemas estruturais de desigualdade também chegam às salas de aula. A chegada de excluídos e minorias ao ensino médio pode ser vista como uma forma de afirmação de suas presenças nas escolas públicas. Poucos chegam ao ensino médio. Muitos nem iniciaram, outros ficaram, mais uma vez, à beira do caminho, seja pela reprovação seja pela evasão, como no caso da família de Melanie.

As três mulheres sofrem preconceitos por serem mulheres, negras e migrantes. Além disso, existe o preconceito linguístico. Colegas e professores de Melanie julgavam seu nome errado. Alguns queriam “aportuguesar” o nome, pronunciando como paroxítone, outros queriam colocar um acento agudo em “e” para justificar a pronúncia. A lei brasileira estabelece, é que se deva recusar prenomes, quando do registro, que ridicularizem a pessoa e na visão de Carlos Roberto Gonçalves, “nome é a designação ou

sinal exterior pela qual a pessoa identifica-se no seio da família e da sociedade” (2006, p.120). Deste modo, não há qualquer legislação proibindo a atribuição de nome estrangeiro atribuído a brasileiro nato.

No caso de Marilene, o preconceito ocorre em virtude de variação linguística. O “falar” maranhense tão presente e já apontado em pesquisas de mestrado (LUZ, 2014), incomoda? Ela se indaga o tempo todo e traz presente o que as estatísticas do IBGE apontam: o grande número de maranhenses e seus descendentes na formação do estado de Roraima. Vale ressaltar que, em Roraima, há muitos “falares”, visto que há pessoas oriundas de diferentes estados brasileiros.

A lei por si só não garante que, de fato, esteja acontecendo uma verdadeira inclusão social. Dayrell e Carrano (2014, p. 109) expõem que no “Brasil, os jovens, ainda que reconhecidos como sujeitos de direitos na legislação, sofrem com a insuficiência de políticas públicas que garantam a eles, de fato, a plena cidadania”.

Arroyo (2012, p. 43) adverte que

As pedagogias da inclusão são inventadas do lado dos incluídos para prometer incluir os excluídos.

O termo exclusão, excluídos, escola, políticas e pedagogias inclusivas passou a ser incorporado como uma categoria com maior poder explicativo da produção dos coletivos diferentes em desiguais. Um termo mais forte do que marginais e que pretende dar conta de que a separação entre os coletivos sociais é mais radical. Não é apenas de margens, mas separados por muralhas, muros. As margens e as fronteiras são aproximáveis, os muros, muralhas são impeditivos de passar. Construídos pelos coletivos que estão dentro, para impedir qualquer tentativa de passagem dos de fora... São os de dentro que se dignam abrir fronteiras, oferecer ou não vistos, passaportes ou exterminar aqueles ousados que se atreverem a ultrapassar os muros para sair do seu lugar. O termo *excluídos*, tão na moda, reflete a autoconsciência que têm aqueles que os excluem.

Quando falamos em inclusão escolar, referimo-nos Santos (2008, p. 24), por afirma que é preciso “[...] construir todas as formas possíveis por meio das quais se busca, no decorrer do processo educacional escolar, minimizar o processo de exclusão, maximizando a participação do aluno dentro do processo educativo e produzindo uma educação consciente para todos[...]”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que as vozes femininas aqui apresentadas representam mulheres que enfrentaram desafios, mas alcançaram a vitória.

Há que se considerar, também, que por anos, a escola esteve restrita às camadas privilegiadas da população. Nas últimas décadas, a realidade vem se transformando com a incorporação de pessoas antes excluídas. Assim, os problemas estruturais de desigualdade também chegam às salas de aula. A chegada de

excluídos e minorias ao ensino médio pode ser vista como uma forma de afirmação de suas presenças nas escolas públicas. Poucos chegam ao ensino médio. Muitos nem iniciaram, outros ficaram, mais uma vez, à beira do caminho, seja pela reprovação seja pela evasão.

Sabendo-se que a lei não garante que, de fato, esteja acontecendo uma verdadeira inclusão social, é preciso um “olhar”, um “escutar” e um “agir” cuidadoso para romper a resistência por parte dos sujeitos envolvidos a fim de a escola não apresente mais o rotulado discurso “não estamos preparados”. São muitas as oportunidades de formação continuada que conduzem a estudos, pesquisas e preparo docente. O que nos falta? Não seria agir lutar para transformar as situações de preconceito, xenofobia e exclusão?

5 REFERÊNCIAS

ANTUNES, Kátiuscia Cristina Vargas. **Exclusão e inclusão**: dois lados da mesma moeda. Faces de Clio Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História - UFJF, v. 2, p. 54-78, 2016.

ARROYO, Miguel G. Os jovens, seu direito a se saber e o currículo. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Org.). **Juventude e Ensino Médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

_____. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. - 1.ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

_____. **Lei 13.185 de 06/11/2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (**Bullying**). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm Acesso em 12 dez. 2015.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa**: experiências e história em pesquisa qualitativa. Uberlândia: EDUFU, 2015.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. **Juventude e Ensino Médio**. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Org.). **Juventude e Ensino Médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

FERRARI Anderson; MARQUES Luciana Pacheco. **Silêncios e Educação**. In: _____. **Silêncios e Educação** (Org.). Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S/A, 1988.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Volume I: parte geral. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

KRISTEVA, J. **Estrangeiros para nós mesmos**. Tradução Maria Carlota Carvalho Gomes. - Rio de Janeiro: Rocco, 1994. GUSDORF, Georges. **Professores para quê?** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

OLIVEIRA, Margareth Maria Neves dos Santos de; FOGLI, Bianca Fátima Cordeiro dos Santos; SILVA FILHO, Lucindo Ferreira da. Comunicar para Viver ou Viver para comunicar? Direito mais que natural de qualquer cidadão. In: SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira (Org.). **Inclusão em Educação**: culturas, políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2008.

SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SANTIAGO, Mylene Cristina; AKKARI, Abdeljalil; MARQUES, Luciana Pacheco. **Educação Intercultural**: desafios e possibilidades. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SANTOS, Júlio Mais F. dos. Dimensões e diálogos de exclusão: um caminho para inclusão. In: SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira (Org.). **Inclusão em Educação**: culturas, políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2008.

WILLMS, Elni Elisa. Nas tramas minúsculas do cotidiano de dois assentados. In: COSTA, Wilse Arena da (Org.) **Estigma e diferenças na educação**: a necessidade de uma educação inclusiva. Cuiabá: EdUFMT, 2007.